



**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE**  
**PROCURADORIA**

---

**PROCESSO:** 2862/2025  
**INTERESSADO:** Presidente da Câmara  
**ASSUNTO:** Requerimento de convocação de  
Secretário Municipal. Vários objetos

**PARECER JURÍDICO**

Sr. Presidente da Câmara:

Vossa Senhoria encaminhou para análise requerimento de parecer acerca da convocação de Secretário Municipal de Saúde para prestar esclarecimentos sobre: demora e superlotação no Pronto Socorro, ações de combate à dengue no âmbito hospitalar e falta de medicamentos nas Unidades Básicas de Saúde.

**É o breve relatório.**

A Lei Orgânica Municipal cuidou da convocação dos secretários municipais nos dois dispositivos reproduzidos a seguir:

ARTIGO 10 – À Câmara compete, privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições:

(...)

XI – convocar os Secretários Municipais para prestar informações sobre matéria de sua competência;

(...)

ARTIGO 74 – Além das atribuições fixadas em lei ordinária, compete aos secretários do Município:

(...)

IV – comparecer à Câmara Municipal, quando por esta convocados e sob justificção específica;

Por sua vez, o Regimento Interno da Câmara disciplinou a questão em um único artigo:



**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE**  
**PROCURADORIA**

---

ARTIGO 166 – Os Diretores, os Presidentes de entidades da administração indireta e das fundações e os Secretários Municipais poderão ser convocados pela Câmara, a requerimento de qualquer vereador ou Comissão.

§ 1º - O requerimento deverá ser escrito e indicar o objeto da convocação, ficando sujeito à deliberação do Plenário.

§ 2º - Resolvida a convocação, o Presidente da Câmara entender-se-á com a autoridade convocada, mediante ofício ao Prefeito Municipal, no qual indicará as informações pretendidas, para que escolha, dentro do prazo não superior a 30 dias, o dia e hora da reunião a que deva comparecer.

A leitura dos dispositivos elencados não deixa dúvidas que o objeto da convocação deve estar precisamente delimitado e que será necessária a deliberação do Plenário da Câmara.

Apenas a título de comparação, a Constituição da República também exige que o assunto da convocação dos Ministros de Estado seja previamente determinado (artigo 50).

O assunto previamente determinado também é pressuposto da convocação dos secretários estaduais, conforme deixa claro o artigo 13, § 1º, 2, da Constituição do Estado de São Paulo.

Sobre esse aspecto, em uma leitura atenta do requerimento nº 189 de 2025, verifica-se que o objeto da convocação foi adequadamente definido pelos subscritores, podendo ser apreciado pelo plenário da Câmara Municipal.

Procuradoria, 08 de abril de 2024.

**RODRIGO FORNAZIERO CAMPILLO LORENTE**  
**Procurador Legislativo**



# **CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BARBARA D'OESTE**

## **Assinaturas Digitais**

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste. Para verificar as assinaturas, clique no link: <http://santabarbara.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=JHUJS8P5432NAW10>, ou vá até o site <http://santabarbara.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

**Código para verificação: JHUJ-S8P5-432N-AW10**



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO Nº - CHAVE: JHUJ-S8P5-432N-AW10